



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA - PROFEI
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**



AMIRALDO SILVA DOS SANTOS
PROFA. DRA. NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES

**GUIA DIGITAL:
PRÁTICAS INCLUSIVAS EM ESCOLAS RIBEIRINHAS**

Recurso Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – Profei, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas

Santos, Amiraldo Silva dos

Guia Digital [recurso eletrônico] : práticas inclusivas em escolas ribeirinhas / Amiraldo Silva dos Santos. — Presidente Prudente, 2025.

28 p. ; PDF ; 9,26 MB : fotos color.

Recurso educacional derivado de dissertação de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Orientado por Neiza de Lourdes Frederico Fumes.

1. Inclusão Escolar 2. Alunos com Deficiência 3. Escolas Ribeirinhas

APRESENTAÇÃO

Este Guia Digital como um Recurso Educacional é uma excelente forma de sistematizar e compartilhar conhecimentos para práticas pedagógicas inclusivas, especialmente em contextos específicos, como o das escolas ribeirinhas. Ele surge da necessidade em dá visibilidade à inclusão de estudantes com deficiência que estudam e vivem nestes territórios, com uma linguagem acessível e conteúdo. O referido Guia oferece orientações destinadas aos professores que atuam no processo da Educação Especial, consolidando, assim, a inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar ribeirinho.

Sou o criador deste Guia e, foi atuando em escolas ribeirinhas do município de Santana-AP, que percebi o grande fosso entre a realidade das escolas dos centros urbanos e das escolas das zonas rurais e ribeirinhas. Ao vivenciar as mazelas do contexto escolar ribeirinho, busquei consolidar o processo de inclusão dos estudantes com deficiência com práticas educativas acessíveis e contextualizadas, dando-lhes mais visibilidade em suas potencialidades, que precisam ser exploradas na concretização de uma educação com equidade e respeito.

Precisamos compreender as escolas dos territórios ribeirinhos como um espaço democrático e, lutar pela efetivação de políticas públicas nesses territórios que possuem alta vulnerabilidade socioespacial.

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"



GUIA DIGITAL: *PRÁTICAS INCLUSIVAS EM ESCOLAS RIBEIRINHAS*

Amiraldo Silva dos Santos

Orientadora: Dra. Neiza de Lourdes Frederico Fumes



MARGEM DO RIO CACHOEIRINHA – ILHA DE SANTANA-AP

FONTE: ARQUIVO PESSOAL. FOTO DA FRENTE DA ESCOLA RIBEIRINHA.

2025

QUEM SOU?

Amiraldo Silva dos Santos é mestrando em Educação Inclusiva pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade Estadual Paulista/UNESP. É especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e em Mídias na Educação, atua como professor do Ensino Especial em escolas públicas da rede Municipal e Estadual de Educação do município de Santana-AP.



Fonte: imagem do arquivo pessoal

“Quem pode participar da educação inclusiva? - *Todos*.
Alguma criança que não tenha qualquer tipo de deficiência é prejudicada com a educação inclusiva e a presença de alunos com deficiência? - *De maneira alguma*.
É a convivência que me faz pensar no outro e me colocar no lugar do outro, e o outro também se colocar no meu lugar”.

(Izabel Maior)



MINHA ORIENTADORA É...

Professora **Dra. Neiza de Lourdes Frederico Fumes**, Titular da UFAL, com doutorado pela Universidade do Porto, atua na graduação e pós-graduação em Educação e Educação Física. Pesquisa formação docente e inclusão de pessoas com deficiência. Coordenou projetos de formação, fundou núcleos educacionais e integrou diretoria de entidades nacionais e internacionais da área.

Fonte: imagem do grupo de estudos e pesquisas NEEDI

SUMÁRIO:



Fonte: Google. Imagem de uma escola pintada nas cores azul, verde, laranja e amarelo, com uma faixa escrita Escola Municipal e, está construído nas margens de um rio.

1. Apresentação
2. Direitos e Realidades
3. Saberes do Território
4. Práticas Inclusivas
5. Ensino Colaborativo
6. Formação Continuada Contextualizada
7. Vozes da Pesquisa
8. Sugestões para Gestão Escolar
9. Considerações Finais

Referências

1. APRESENTAÇÃO :

Este Guia Digital como um Recurso Educacional é uma excelente forma de sistematizar e compartilhar conhecimentos para práticas pedagógicas inclusivas, especialmente em contextos específicos, como o das escolas ribeirinhas. Ele surge da necessidade em dá visibilidade à inclusão de estudantes com deficiência que estudam e vivem nestes territórios, com uma linguagem acessível e conteúdo. O referido Guia oferece orientações destinadas aos professores que atuam no processo da Educação Especial, consolidando, assim, a inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar ribeirinho.

Sou o criador deste Guia e, foi atuando em escolas ribeirinhas do município de Santana-AP, que percebi o grande fosso entre a realidade das escolas dos centros urbanos e das escolas das zonas rurais e ribeirinhas. Ao vivenciar as mazelas do contexto escolar ribeirinho, busquei consolidar o processo de inclusão dos estudantes público da Educação Especial com práticas educativas acessíveis e contextualizadas, respeitando os saberes e culturas locais, dando-lhes mais visibilidade em suas potencialidades, que precisam ser exploradas na concretização de uma educação com equidade e respeito.

Precisamos compreender as escolas dos territórios ribeirinhos como um espaço democrático e, lutar pela efetivação de políticas públicas nessas áreas que possuem alta vulnerabilidade socioespacial.

2. DIREITOS E REALIDADES:

2.1 O QUE PREVÊ AS LEGISLAÇÕES

LDB Nº 9.394/1996 – Art. 28

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/2001 – Art. 2º

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

RESOLUÇÃO Nº 1/2002 – Art. 13

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

RESOLUÇÃO Nº 2/2008 – Art. 7º

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo.

Brasil (1996, 2001, 2002, 2008)

2.2 OS DESAFIOS VIVIDOS NOS CONTEXTOS PESQUISADOS

- Falta de recursos didáticos e paradidáticos;

- Falta de formação continuada aos docentes da sala comum;

- Ambientes educacionais excludentes;

- Práticas pedagógicas não inclusivas;

- Falta de acessibilidade;

- Educação escolar sem condições de equidade;

- Invisibilidade dos estudantes da Educação Especial;

- Vulnerabilidade dos espaços socioculturais;

- Desrespeito aos saberes, crenças e valores locais;

- Falta de formação continuada e valorização docente;

- Efetivação das políticas públicas nos territórios ribeirinhos.

2.3 SUGESTÕES REALISTAS DE ENFRENTAMENTO:

Adaptações possíveis e acessíveis;

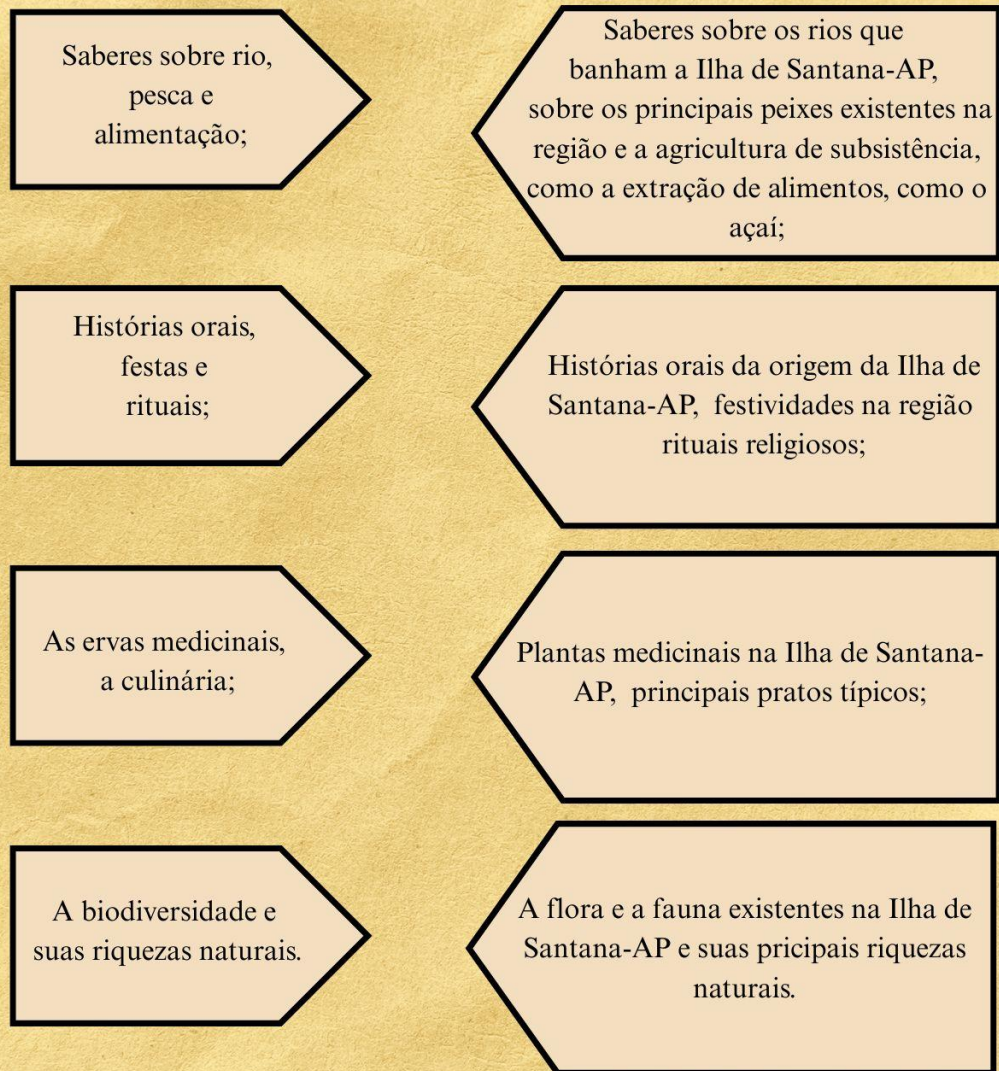
Atuação em rede;

Mobilização local;

Conhecer e respeitar os saberes locais.

3. SABERES DO TERRITÓRIO:

3.1 PRÁTICAS DE INTERAÇÃO COM OS CONHECIMENTOS LOCAIS



Morais (2018)

Molina; Jesus (2019); Souza (2021)

3.2 PROPOSTAS DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES

- O docente pode fazer trabalhos em grupos ou coletivo; trazer pessoas que trabalham com artesanato, pesca e agricultura na comunidade; fazer pesquisas sobre os movimentos religiosos e entrevistas.
- O docente pode fazer uma gincana estudantil com tema explorando a região que escola está localizada;
- O docente pode produzir um documentário sobre a origem da escola naquela região.

HISTÓRIA E ARTES:
Origem da comunidade

ARTES E HISTÓRIA:
O artesanato, mitos e lendas

**ENS. RELIGIOSO, HISTÓRIA,
GEOGRAFIA E ARTES:**
A Cultura, a fé e as tradições

CIÊNCIAS E ARTES:
As ervas medicinais e a culinária;
A fauna e a flora.

MATEMÁTICA E GEOGRAFIA:
Duração das cheias e seca dos rios

CIÊNCIAS E GEOGRAFIA:
práticas tradicionais de navegação

Molina; Jesus (2019); Souza (2021)

3.3 DICAS PARA O PROFESSOR PLANEJAR

Mapeie os saberes locais: faça, junto com os alunos e a comunidade, um levantamento dos conhecimentos e práticas locais: como Pesca, marés, construção de canoas, manejo do rio; Ervas medicinais, culinária, artesanato; Mitos, histórias, lendas, festas, músicas.

Converse, Escute e Conheça: organize rodas de conversa com moradores, pais, avós, lideranças e mestres da comunidade.

Escolha temas que façam sentido, como: O rio e suas histórias; Os ciclos das águas (cheia e seca); Saberes da pesca e da agricultura; Biodiversidade local; cultura, fé e tradição.

Chame a comunidade para dentro da escola: convide mestres locais, pescadores, parteiras, artesãos.

Realize aulas no território: explorando a região;

Produza conhecimento com os alunos:
Incentive os alunos a produzir materiais, como fotos da comunidade, entrevistas, desenhos.

4. PRÁTICAS INCLUSIVAS

4.1 SUGESTÕES DE ATIVIDADES ADAPTADAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

DEFICIÊNCIA VISUAL (cegueira ou baixa visão):

Percursos sensoriais na/da natureza (sentir a água, distinção de sons e a mudança das águas, tocar e diferenciar os tipos de folhas (novas e secas), ouvir e distinguir sons do rio e dos animais); Construção de maquetes táteis da comunidade (com materiais como barro, palha, folhas, tecido); Identificação de plantas medicinais e objetos através do tato e cheiro; Criação de audiolivros com histórias, lendas e relatos da comunidade.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

Criação de maquetes do rio e da comunidade; Jogos com cartões ilustrados (peixes, plantas, objetos da pesca); Contação de histórias com apoio de imagens, mímicas ou Libras; Roteiros visuais para pesca, agricultura ou ciclos do rio.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:

Pintura de peixes, barcos e elementos do rio; Montagem de um mural coletivo com fotos e objetos da comunidade; Jogos de associação (peixe com rede, planta com remédio, barco com remo); Contação de histórias locais usando fantoches, dramatização e objetos reais.

Oliveira e Pereira (2023); Mittler (2022).

DEFICIÊNCIA FÍSICA:

Observação da fauna e da flora na beira do rio (em locais de fácil acesso); Participação em oficinas de culinária ribeirinha (preparo de pratos simples com apoio); Pintura, colagem, maquetes e produção de livros coletivos sobre a vida ribeirinha; Plantio de hortas ou ervas medicinais em espaços adaptados.

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA:

Vivências sensoriais na natureza: tocar na água, sentir a lama, ouvir pássaros, cheirar ervas; Criação de objetos sensoriais (painéis de texturas com materiais da natureza); Participação em rodas de cantigas, histórias e culinária, sempre com apoio.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:

Sequência visual da pesca: crie cartões com imagens que representam o processo da pesca; Percorso sensorial do rio: monte um circuito sensorial com materiais da natureza; Jogo de associação ou pareamento: associe ou faça pareamento de imagens ou objetos; Livro Sensorial da comunidade: criação coletiva de um livro com elementos táteis: folhas, palha, tecido, areia, pedaços de rede.

Oliveira e Pereira (2023); Mittler (2022).

5. ENSINO COLABORATIVO:

“[...] a ideia-chave para promover a inclusão escolar é colocar professores da Educação Especial e do Ensino Comum para trabalharem juntos”. A essa parceria, denominamos de trabalho colaborativo que tem como objetivo, viabilizar uma escolarização de qualidade e respeito aos estudantes com deficiência (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2024, p. 18).

O ensino colaborativo ou coensino “[...] consiste num modelo de prestação de serviço de apoio na classe comum, no qual um/a educador/a comum e um/a educador/a especial compartilham a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar um grupo heterogêneo de estudantes” (Mendes, 2023, p. 27).

Benefícios do ensino colaborativo nas escolas ribeirinhas (Lima, 2022; Souza, 2021):

- Fortalece a cultura local e os saberes tradicionais;
- Promove inclusão e respeito às diversidades (social, cultural, ambiental e funcional);
- Estimula o trabalho em grupo, a solidariedade e a construção coletiva do conhecimento;
- Torna o aprendizado mais prático, contextualizado e significativo.

5.1 O ENSINO COLABORATIVO NO CONTEXTO ESCOLAR RIBEIRINHO

Construção coletiva com a comunidade: promover atividades onde os saberes locais estejam integrados ao conteúdo escolar;

Parceria entre docentes: juntos podem, planejam atividades adaptadas, dinâmicas, vivenciais e inclusivas;

Atividades interdisciplinares e colaborativas: propor oficinas conduzidas por professores e membros da comunidade: construção de canoas, cultivo de plantações, culinária ribeirinha, etc.

Uso do território como sala de aula: aulas no trapiche, na beira do rio, onde todos colaboram na construção do conhecimento.

Molina; Jesus (2019)

5.2 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA COLABORATIVA

Planejamento Coletivo:

Integração dos saberes escolares aos saberes locais (como ciclos do rio, pesca, agricultura, festas, histórias e lendas);

Metodologias ativas e contextualizadas:

Aulas no trapiche, na beira do rio e oficinas com participação da comunidade;

Ambientes de aprendizagem flexíveis:

Uso da própria comunidade como espaço educativo: trapiche, barcos.

Molina; Jesus (2019)

5.3 SUGESTÕES DE ROTEIROS DE PLANEJAMENTO COLABORATIVO

Diagnóstico da realidade local: levantamento dos saberes, práticas e tradições da comunidade.

Definição dos objetivos educacionais: estabelecer objetivos alinhados à realidade local, à BNCC e às diretrizes da Educação do Campo e Ribeirinha;

Seleção dos temas geradores e interdisciplinares: escolher temas que façam sentido para os alunos e estejam conectados ao território.

Planejamento das ações pedagógicas (coletivo): quais metodologias; como organizar os espaços e tempos; quais recursos para inclusão e acessibilidade.

Articulação dos conteúdos Curriculares: definir como cada componente curricular dialoga com o tema.

Definição dos instrumentos de avaliação: avaliação contínua, formativa e coletiva.

Molina; Jesus (2019)

6. FORMAÇÃO CONTINUADA CONTEXTUALIZADA

6.1 SUGESTÕES DE ESTUDOS COLETIVOS

Grupos de estudos presenciais:

Organização de encontros periódicos entre professores das escolas da comunidade ou de comunidades próximas para troca de experiências e reflexão conjunta sobre os desafios locais.

Trabalho colaborativo na prática:

Formação de grupos de whatsapp, onde os professores compartilham saberes, estratégias e soluções.

Formação em Rede:

Buscar parceria com outras escolas ribeirinhas, universidades e ONGs para construir projetos colaborativos de formação.

Projetos pedagógicos coletivos: desenvolvimento de projetos integrados que envolvem todos os professores da escola, abordando temas relevantes para a comunidade (como meio ambiente, cultura ribeirinha, economia local).

6.2 SUGESTÕES DE AUTOFORMAÇÃO

Os governantes têm responsabilidade legal, ética e política de promover a formação continuada dos professores. Isso é essencial para o fortalecimento da qualidade da educação, para a valorização profissional e para garantir práticas pedagógicas que atendam à diversidade e à inclusão (Freitas, 2023). Entretanto é fundamental que os docentes busquem também sua autoformação através de:

Leitura autônoma e pesquisa local:

Explorar livros, artigos, documentos oficiais (como a LDB, LBI e as Diretrizes da Educação do Campo).

Diários de campo e reflexões pedagógicas:

Manter registros reflexivos sobre as práticas diárias na escola, desafios, experiências e soluções encontradas.

Uso de tecnologias:

Participação em cursos online quando há acesso à internet (mesmo que limitado).

Apropriação dos saberes locais:

Prender com os mestres da comunidade (pescadores, parteiras, agricultores, lideranças locais), incorporando esses saberes à prática pedagógica.

Caldart (2022); Oliveira e Almeida (2023)

7. VOZES DA PESQUISA:

SOBRE A LEGISLAÇÃO

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (Brasil, 2008).

SOBRE VALORIZAR A CULTURA DOS RIBEIRINHOS

A educação escolar ribeirinha, por muito tempo, foi pensada a partir de modelos urbanos (e ainda é), desconsiderando os saberes locais, os modos de vida e as práticas culturais desses povos. Isso gera um desencontro entre os currículos formativos e as demandas reais das populações ribeirinhas (Molina; Jesus, 2019).

SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Para Hilbig (2021), as políticas de formação devem promover a apropriação de conhecimentos pelos docentes, possibilitando alternativas metodológicas acessíveis para a efetivação do processo de inclusão de estudantes da Educação Especial.

SOBRE AS PRÁTICAS DE INCLUSÃO

Mantoan (2021, enfatiza que a inclusão exige que a escola abandone o paradigma da homogeneização, assumindo um papel ativo na construção de ambientes de aprendizagem que atendam às singularidades dos alunos.

SOBRE A INVISIBILIDADE DAS ESCOLAS DAS ÁREAS RIBEIRINHAS, segundo a pesquisa

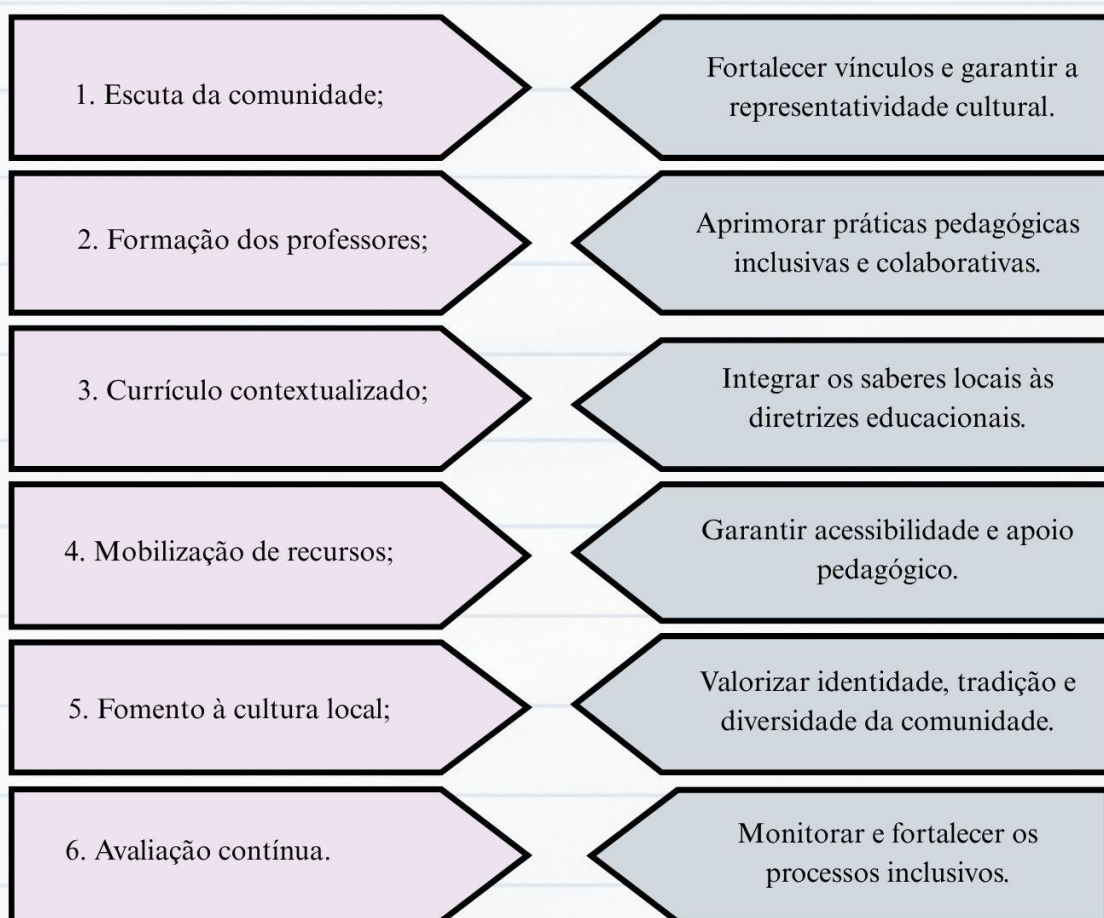
O fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão, com a destinação de recursos para a acessibilidade e para formação continuada de docentes, apresenta-se como um caminho pivotal para a superação da invisibilidade ribeirinha, bem como para o enfrentamento dos desafios e dificuldades e, para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

8. SUGESTÕES PARA GESTÃO ESCOLAR:

8.1 SUGESTÕES PARA A EQUIPE GESTORA DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS

SUGESTÕES DE AÇÕES:

OBJETIVOS:



Ferreira e Lopes (2022); Brasil (2021); Unesco (2021)

8.1 SUGESTÕES PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO

As Secretarias de Educação, ao atuarem junto às escolas ribeirinhas, não apenas garantem o direito à educação, mas também se tornam agentes de preservação cultural, de fortalecimento comunitário e de promoção da cidadania. Superar os desafios logísticos e territoriais é, portanto, uma oportunidade de construir uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e de qualidade (Ferreira; Lopes, 2022).

• NA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Planejamento educacional adaptado às especificidades socioculturais e geográficas das comunidades ribeirinhas.

Garantia de que o calendário escolar respeite os ciclos naturais (cheias e secas dos rios), atividades econômicas locais e festividades culturais.

Supervisão e acompanhamento das práticas pedagógicas, respeitando o contexto local.

• NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Promoção de formação inicial e continuada, específica para atuar em contextos ribeirinhos, abordando:

- Metodologias ativas e interculturais;
- Educação contextualizada;
- Práticas inclusivas e de valorização da cultura local.

Brasil (2021); Unesco (2021)

- **NA GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA**

Organização de transporte escolar fluvial, seguro e regular, fundamental para o acesso às escolas.

Desenvolvimento de estratégias para diminuir a evasão escolar, considerando as condições socioeconômicas e as dificuldades logísticas.

Ações de inclusão, assegurando atendimento educacional especializado (AEE) quando necessário.

- **NA ADEQUAÇÃO CURRICULAR**

Adaptação do currículo para contemplar os saberes locais, a realidade ambiental e sociocultural das comunidades ribeirinhas.

Incentivo à produção de materiais didáticos contextualizados, valorizando os conhecimentos tradicionais.

- **NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTERCULTURAL**

Reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais, da biodiversidade local e das práticas culturais.

Incentivo a práticas pedagógicas que considerem a sustentabilidade, o meio ambiente e a cidadania.

Brasil (2021); Unesco (2021)

- **NA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

Construção e manutenção de escolas adequadas ao ambiente, considerando:

Estruturas flutuantes ou adaptadas às cheias;

Saneamento básico, energia (inclusive solar, quando necessário) e internet (se possível);

Fornecimento de materiais pedagógicos e merenda escolar de acordo com a realidade local.

- **NAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA**

Fortalecimento do diálogo com as comunidades, ouvindo lideranças ribeirinhas para que as decisões educacionais sejam participativas e alinhadas às necessidades locais.

Apoio à gestão democrática nas escolas ribeirinhas.

Oliveira; Almeida (2023)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este Guia, intitulado **Práticas Inclusivas em Escolas Ribeirinhas** constitui um importante instrumento de orientação aos docentes, coordenadores pedagógicos, gestores e comunidades escolares que atuam em territórios marcados por especificidades geográficas, culturais e sociais. Ao reconhecer a singularidade das escolas ribeirinhas, o material propõe caminhos que valorizam os saberes locais, o protagonismo das comunidades e o respeito à diversidade presente nesses contextos.

As orientações presentes neste guia dialogam com os princípios da Educação Inclusiva ao promover práticas pedagógicas que acolham as diferenças, rompam com o modelo homogeneizador de ensino e considerem as barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e outras condições específicas. Além disso, destaca-se o estímulo ao planejamento colaborativo, à formação continuada contextualizada e ao envolvimento da comunidade no processo educativo.

Contudo, a efetivação das práticas propostas depende de políticas públicas comprometidas com a equidade, do fortalecimento da infraestrutura escolar e da valorização dos profissionais da educação que atuam em territórios ribeirinhos. É fundamental que a inclusão não seja compreendida apenas como adaptação de conteúdos, mas como uma transformação mais ampla nas formas de ensinar, aprender e se relacionar com o outro.

Dessa forma, o guia se apresenta como um recurso pedagógico que pode fomentar reflexões e mudanças concretas no cotidiano escolar, desde que articulada a uma escuta ativa das comunidades e a uma atuação crítica e comprometida dos profissionais da educação.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar do Campo**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/>. acesso em 10 mar. 2025.
- _____. **Lei nº 9.394/1996**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 28 abr. 2024.
- _____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 set. 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 07 de março de 2024.
- _____. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucao-ceb-2002>. Acesso em: 07 mar. 2024.
- _____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11841&Itemid. Acesso em: 29 abr. 2024.
- CALDART, R. S.. **Educação do Campo: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 7, e13489, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e13489>
- FREITAS, H. C. de. **Formação de professores e equidade educacional**: responsabilidades do Estado frente aos desafios contemporâneos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 53, 2023.
- LIMA, Kátia Lúcia dos Santos. **Práticas pedagógicas na escola ribeirinha**: desafios e possibilidades. Revista Educação e Fronteiras, 2022.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum**: dos especialismos às abordagens universalistas. Campo dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2023.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCAR, 2024.
- MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos e Práticas na Diversidade. 2022.
- MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Bergamasco de (Orgs.). **Educação do Campo**: história, práticas e desafios no Brasil. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2019.
- MORAIS, Paulo Dias. **História e Geografia do Amapá**. JM Editora Gráfica, 2018.
- OLIVEIRA, T. S.; ALMEIDA, R. F. (2023). **Currículo e práticas pedagógicas nas escolas ribeirinhas amazônicas**. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 8, e14285. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e14285>
- OLIVEIRA, L. M.; PEREIRA, A. C. (2023). **Educação inclusiva e meio ambiente**: práticas pedagógicas em comunidades ribeirinhas. Revista Educação & Diversidade.
- SOUZA, Raimunda Nonata Lima de. **Saberes Ribeirinhos e Educação**: práticas e desafios na Amazônia. EDUA, 2021.
- UNESCO. **Educação e desenvolvimento sustentável na Amazônia**: desafios das escolas ribeirinhas. Brasília: 2022.